Processo nº 339/2007

Data: 12.07.2007

(Autos de recurso penal)

Assuntos : Crime de “burla”.

Continuação criminosa.

SUMÁRIO

1. São pressupostos do crime continuado :

- a plúrima violação do mesmo tipo legal de crime ou de vários tipos legais de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico;
- que essa realização seja executada por forma essencialmente homogénea;
- que haja proximidade temporal das respectivas condutas;
- a persistência de uma situação exterior que facilita a execução e que diminua sensivelmente a culpa do agente; e
- que o dolo seja global, isto é, que cada uma das acções seja executada através de uma resolução e não com referência a um desígnio inicialmente formado de, através de actos sucessivos, defraudar o ofendido.

2. O fundamento da diminuição da culpa no crime continuado,

encontra-se precisamente no momento exógeno das condutas, isto é, na existência de uma relação que, de fora, e de maneira considerável, tenha facilitado a repetição da actividade criminosa, tornando cada vez menos exigível ao agente que se comporte de maneira diferente, ou seja, de acordo com o direito.

Se o agente actuou sucessivamente, superando obstáculos e resistências ao longo do “iter criminis”, aperfeiçoando a realidade exterior aos seus desígnios e propósitos, sendo ele a dominá-la, e não o inverso, inexistem motivos para que se considere atenuada a sua culpa, não sendo de se considerar os crimes pelo mesmo assim cometidos como um crime continuado.

O relator,

José M. Dias Azedo

Processo nº 339/2007

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Sob acusação pública e em audiência colectiva responderam (1º) **A** e (2ª) **B**, com os restantes sinais dos autos.

Realizado o julgamento, decidiu-se condenar o (1º) arguido **A**:

- como co-autor material de 2 crimes de “burla”, p. p. pelo artº 211º, nº 4, al. a) e artº 196º, al. b) do C.P.M., na pena de 2 anos e 6 meses de prisão cada;
- como co-autor material de 9 crimes de “burla” p. p. pelo

artº 211º, nº 3 e artº 196º, al. a) do C.P.M., na pena de 1 ano e 9 meses de prisão cada;

- como autor material de 2 crimes de “burla” p. p. pelo artº 211º, nº 4, al. a) e artº 196º, al. b) do C.P.M., na pena de 2 anos e 6 meses de prisão cada;
- como autor material de 2 crimes de “burla” p. p. pelo artº 211º, nº 3 e artº 196º, al. a) do C.P.M., na pena de 1 ano e 9 meses de prisão cada; e,
- como autor material de 2 crimes de “emissão de cheque sem provisão”, p. p. pelo artº 214º, nº 2, al. a) e artº 196º, al. b) do C.P.M., na pena de 1 ano e 6 meses de prisão cada.

Em cúmulo jurídico (dos 17 crimes), foi o arguido condenado na pena única de 5 anos e 3 meses de prisão.

Quanto à (2ª) arguida **B**, foi a mesma condenada como co-autora material de:

- 2 crimes de “burla” p. p. pelo artº 211º, nº 4, al. a) e artº 196º, al. b) do C.P.M., na pena de 2 anos e 6 meses de prisão cada; e de,
- 9 crimes de “burla” p. p. pelo artº 211º, nº 3 e artº 196º, al. a) do mesmo C.P.M., na pena de 1 ano e 9 meses de prisão cada.

Em cúmulo jurídico (dos 11 crimes), foi a arguida condenada na pena única de 3 anos e 9 meses de prisão; (cfr., fls. 832 a 835).

*

Inconformados com o decidido, os (1º e 2ª) arguidos recorreram para este T.S.I., motivando e apresentando as conclusões seguintes:

“a) *Vem o presente recurso interposto do acórdão de 24/04/07 que condenou O arguido A pela prática:*

"Em cúmulo jurídico dos 17 crimes, ... numa única pena de 5 anos e 3 meses de prisão efectiva. "; e

A arguida B pela prática em co-autoria:

"Em cúmulo jurídico dos 11 crimes, ... numa única pena de 3 anos e 9 meses de prisão efectiva."

- b) A decisão em apreço não colhe a aquiscência dos ora recorrentes, apresentando assim a motivação do seu recurso que se fundamenta apenas numa questão de direito de que a decisão recorrida poderia ter tido conhecimento.*
- c) Efectivamente, entendem ambos os recorrentes que o acórdão recorrido poderia ter condenado os arguidos pela prática de todos os actos criminosos em que foram condenados na forma de crime continuado, ao abrigo do n.º2 do art.º 29º do C.P., o que não aconteceu.*
- d) Nos termos deste artigo, entendem os recorrente, pois, que, no caso em apreço, estão inteiramente preenchidos todos os pressupostos do crime continuado.*
- e) O crime de burla (art.º 211º do C.P.) e o crime de emissão de cheque sem provisão (art.º 213º do C.P.) são ambos crimes contra o património em geral.*
- f) Não restam dúvidas que os arguidos cometeram os diversos actos criminosos sempre de maneira semelhante.*
- g) O bem jurídico protegido pelo crime de burla e pelo de crime*

de emissão de cheque sem provisão consiste no património em geral.

- h) As diversas resoluções criminosas dos arguidos, no caso em apreço, inseriram-se dentro de uma "mesma linha psicológica continuada", dentro de um muito reduzido espaço de tempo (os meses de Junho e Julho de 2006).*
- i) Aquilo que arrastou os arguidos para a reiteração criminosa foi precisamente o facto de, com a primeira prática de actos criminalmente puníveis, se terem relaxado moralmente, o que motivou a prática dos restantes actos criminosos.*
- j) É precisamente este o aspecto fulcral do conceito de crime continuado: a diminuição da culpa do agente na prática de uma sucessão de actos criminosos semelhantes, determinada por circunstâncias exteriores.*
- k) Entendem, por conseguinte, os arguidos que, da matéria de facto assente, resulta não um conjunto de decisões isoladas dos arguidos à prática de actos criminosos, mas vários actos encadeados entre si, resultado de um só processo de deliberação.*
- l) Face ao exposto e ao contrário do que decidiu o acórdão em*

apreço, o crime continuado não é uma pluralidade ou concurso de crimes, mas uma unidade jurídica criminosa.

- m) A sua punição diverge da punição obtida no acórdão de que se recorre - que se socorreu das regras para o efeito do concurso de crimes (artº 71º do C.P.) - e está prevista no artº 73º do C.P. ..*
- n) Tendo em conta a pena concreta que o Tribunal "a quo" obteve, para cada um dos arguidos, mediante as regras de punição do art.º 71º do C.P., entendem os arguidos, salvo melhor opinião, que a pena concreta a aplicar, agora, aos recorrentes, procedendo, como esperam, que a sua conduta tipificou a forma de crime continuado, deverá ser, para o 1º arguido, uma pena sensivelmente acima dos 4 anos de prisão e, para a 2ª arguida, uma pena de 3 anos de prisão ou sensivelmente inferior.*
- o) Procedendo, como espera, a primeira parte do presente recurso, nos termos supra expostos, entende, agora, a 2ª arguida que estão reunidos os pressupostos para que a pena que lhe venha a ser aplicada seja suspensa na sua execução (artº 48º nº 1 do C.P.).*

p) *Entende a recorrente que, no caso em apreço, sobretudo tendo em conta a situação familiar da arguida - em concreto, as duas filhas menores do casal que, nos termos da declaração que se junta (doe. n.º 1) ficariam numa muito precária situação se improcedesse o presente recurso - estão reunidas as condições para concluir que a simples censura do facto e a ameaça de prisão realizariam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.*

Mostram-se violadas as normas dos art.ºs 29º n.º 2 e 73º, ambos do C.P.

Consequentemente, deverá proceder o recurso, nesta parte, aplicando-se aos arguidos, ora recorrentes, penas adequadas à sua conduta, tendo em conta a prática de um só crime sob a forma continuada.

Ainda,

Em relação à 28 arguida e no pressuposto supra referido, deverá ser suspensa a execução da pena que lhe venha a ser aplicada, nos termos do art.º 48º n.º 1 do C.P.”; (cfr., fls. 832 a 835)

*

Em Resposta, pugna o Exmº Magistrado do Ministério Público no sentido da improcedência dos recursos; (cfr., fls. 886 a 890).

*

Nesta Instância e em sede de vsita, juntou o Ilustre Procurador-Adjunto douto Parecer, considerando que os recursos devem ser julgados improcedentes ou até mesmo manifestamente improcedentes, com a sua conseqüente rejeição”; (cfr., fls. 991 a 993).

*

Adequadamente processados os autos, passa-se a decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Vem dados como provados os seguintes factos:

“Em 16 de Agosto de 2005, o 1.º arguido A comprou um carro de cor prateada de sete lugares (de matrícula XXX, de marca TOYATA, e de modelo PICNIC), e registou em seu nome (vide a fls. 662 e 56 dos autos).

Em 20 de Setembro de 2005, o 1.º arguido dirigiu-se a “XXX”, dizendo a C (gerente da agência) que queria vender-lhe o seu veículo de matrícula XXX a preço de HKD \$160.000,00.

Consentido no negócio, C celebrou um contrato de compra e venda com o 1.º arguido, cujo objecto negocial é o veículo XXX (v. a fls. 52 dos autos). Na ocasião, o arguido entregou a C o título de registo de propriedade e o livrete, ambos originais, para este o guarda por ele.

A seguir, os dois deslocaram-se à Conservatória, assinando o Boletim de registo de compra e venda de veículo, e fizeram a autenticação de letra (v. a fls. 13 a 14 dos autos).

O 1.º arguido praticou os actos acima referidos para obter a confiança de C.

Convicto de que o 1.º arguido realmente pretendia vender-lhe o dito veículo, C entregou a ele o dinheiro (na sua totalidade, HKD \$165.000,00).

Tendo recebido o dinheiro, o 1.º arguido pediu que só lhe entregasse o veículo e fizesse formalmente o registo de compra e venda do veículo uns dias depois.

Tendo confiança no 1.º arguido, C consentiu no seu pedido.

Posteriormente, alegando vários pretextos, o 1.º arguido recusou-se de propósito, a entregar o veículo a C para fazer o registo.

Aproveitando-se deste período do tempo, em 4 de Outubro de 2005, o arguido declarou mentirosamente à Conservatória de Registo Comercial e de Bens Móveis que tinha perdido o título de registo de propriedade e o livrete (a fls. 54-58 dos autos). Na sequência deste pedido, foram-lhe passadas as segundas vias dos documentos.

O tal acto do 1.º arguido visa que o título de registo de propriedade e o livrete do veículo XXX anteriormente entregues a C sejam considerados documentos declarados como perdidos, e que C não possa proceder ao registo de veículo com os ditos dois documentos e o Boletim de registo de compra e venda (com a letra já autenticada e a assinatura do arguido constante).

Recebido o montante (HKD \$165.000,00) pago por C, o 1.º arguido tem-se recusado fazer trâmites de transferência do veículo XXX a C com o truque acima referido, e ainda não entregou o veículo

efectivamente a ele.

O arguido procedeu assim para, por um lado, obter o dinheiro junto de C e apoderar-se do mesmo, e por outro lado, aproveitar-se do período do tempo para fazer o seguinte.

Posteriormente, C exigiu incessantemente que o 1.º arguido fizesse os trâmites de transferência do veículo e lhe entregasse o veículo quanto antes.

Finalmente, em 22 de Novembro de 2005, o 1.º arguido fez os trâmites de transferência do veículo a C (a fls. 663-664 dos autos).

No entanto, antes de entregar efectivamente o veículo XXX a C, o 1.º arguido declarou de novo à Conservatória de Registo Comercial e de Bens Móveis que tinha perdido o título de registo de propriedade e o livrete, e na sequência desta declaração, foram-lhe passadas de novo as segundas vias (a fls. 52 dos autos).

O motivo pelo qual o 1.º arguido mentiu outra vez à Conservatória de Registo Comercial e de Bens Móveis consiste em praticar sucessivamente os seguintes actos.

Feitos os trâmites de transferência do veículo XXX, porém, o 1.º arguido não entregou o veículo a C efectivamente.

Mais tarde, o 1.º arguido disse a C que apenas lhe devolveria o

tal montante de HKD \$165.000,00 se o mesmo estaria disposto a vender o veículo XXX à Agência de Venda de Móveis “XXX” a mesmo preço (ou seja, no valor de HKD \$165.000,00).

Finalmente, o 1.º arguido conseguiu obter o consentimento de C.

No dia 12 de Dezembro de 2005, mediante esta situação, C obrigou-se a assinar uma Declaração de Transferência de Veículo, comprometendo-se a vender o XXX a “XXX” no preço de HKD \$165.000,00 (v. a fls. 53 dos autos).

Na altura, o verdadeiro comprador era “D”, pessoa essa que foi apresentada pela Agência de Venda de móveis “XXX” (v. a fls. 662 dos autos).

Mais tarde, mediante a recomendação de “XXX”, D vendeu o veículo XXX a E (v. a fls. 75 dos autos) a preço de HKD \$186.000,00 (v. a fls. 75 dos autos).

*

O 1.º arguido bem sabia que, embora ainda não se tivesse procedido ao registo do veículo XXX, o mesmo já tinha sido vendido a C, em termos substantivos, pelo preço de HKD \$165.000,00.

Porém, ele continuou a dizer a F (gerente do Centro de Peças Acessórias de Veículos XXX), em 31 de Outubro de 2005, que queria

pedir-lhe emprestado HKD\$150.000,00, com a hipoteca do veículo XXX que ele possuía.

Convicto de que o 1.º arguido era o proprietário legal do veículo XXX, F aceitou a proposta dele, e emprestou-lhe o dinheiro.

No mesmo dia, os dois assinaram um contrato-promessa de compra e venda, cujo objecto negocial era o veículo XXX (v. a fls. 661 dos autos).

Ao mesmo tempo, F também já entregou a totalidade do valor (ou seja, HKD \$150.000,00) ao 1.º arguido.

Recebido o dinheiro, para evitar que F fosse registar o veículo de imediato, o 1.º arguido disse-lhe que devolveria o dinheiro antes de decorrer o prazo de três meses (ou seja, antes do dia 31 de Janeiro de 2006), comprometendo-se a pagar HKD \$10.000,00 a título de indemnização por cada mês de atraso.

Para que F acreditasse e aceitasse o referido pedido, o 1.º arguido assinou prévia e propositadamente o Pedido de registo de compra e venda do veículo XXX, e entregou-lhe o título de registo de propriedade e o livrete.

O respectivo título de registo de propriedade e livrete são as segundas vias passadas pela Conservatória de Registo Comercial e de

Bens Móveis em 4 de Outubro de 2005.

Até Janeiro de 2006, o 1.º arguido entregou a F HKD \$20.000,00 a título de indemnização pelo atraso.

No entanto, o veículo XXX nunca foi entregue efectivamente a C, embora o mesmo já tivesse sido vendido a este último em 22 de Novembro de 2005.

Depois, em 12 de Dezembro de 2005, o 1.º arguido obrigou C a vender o veículo a G através de “XXX”.

Quando o 1.º arguido recebeu o montante de HKD \$150.000,00, sabia perfeitamente que não transferiria o veículo a F.

O 1.º arguido pediu emprestado dinheiro a F com o troque acima referido, e adiou o registo do veículo XXX a favor do ofendido para, por um lado, apoderar-se do valor de HKD \$150.000,00, e por outro lado, aproveitar o tempo a fim de vender o veículo XXX a G num preço relativamente mais alto, fazendo com que F não pudesse obter o veículo e conseqüentemente sofresse prejuízo pecuniário.

Em Abril de 2006, o 1.º arguido preencheu, assinou e entregou a H três cheques do Banco da China, Sucursal de Macau, que são designadamente:

- Um cheque de n.º XXX, no valor de HKD \$150.000,00, com a data de levantamento no dia 17 de Abril de 2006 (a fls. 204 dos autos);

- Um cheque de n.º XXX, no valor de HKD \$150.000,00, com a data de levantamento no dia 18 de Abril de 2006 (a fls. 205 dos autos);

- Um cheque de n.º XXX, no valor de HKD \$100.000,00, com a data de levantamento no dia 18 de Abril de 2006 (a fls. 206 dos autos).

Em 21 de Abril de 2006, quando **H** apresentou os três cheques ao Sucursal de Macau do Banco da China a pagamento, viu o seu pedido recusado por falta de provisão na referida conta corrente (vide o verso de cada cheque).

Ao emitir os cheques, o 1.º arguido bem sabia que a quantia existente em depósito na referida conta corrente era insuficiente para o pagamento.

*

Em 29 de Abril de 2006, o 1.º arguido preencheu, assinou e entregou a **I** um cheque do Banco de Seng Heng, de n.º XXX, com o valor nominal de HKD \$300.000,00, cuja data de levantamento era 31 de Abril de 2006 (vide a fls. 434 dos autos).

Quando em 2 de Maio de 2006 Mok apresentou o cheque ao Banco de Seng Heng a pagamento, viu o seu pedido recusado por falta

de provisão na referida conta corrente (vide o verso de cada cheque).

Ao emitir o cheque, o 1.º arguido bem sabia que a quantia existente em depósito na referida conta corrente era insuficiente para o pagamento.

*O 1.º arguido **A** e a 2.ª arguida **B** são casal.*

Durante o período entre o ano 2005 e 2006, os dois arguidos geravam e administravam em conjunto a Companhia de Fomento Predial XXX.

*Em Abril de 2005, a Companhia recebeu uma comissão de venda de imóvel de **J**.*

*Comissão esta que consiste em: vender o imóvel de **L** (irmão mais velho de **J**) sito no XXX.º andar XXX do Edf. “XXX” da Rua XXX n.º XXX no preço de HKD \$1.050.000, 00.*

*Para que os dois arguidos pudessem levar os clientes interessados a ver a habitação com facilidade, **J** entregou as chaves da habitação aos dois arguidos.*

Por isso, desde Abril de 2005 até Julho de 2006, os dois arguidos têm guardado as chaves da fracção autónoma XXX do Edf. “XXX”.

*

O 1.º e a 2.ª arguida possuíam em conjunto a fracção autónoma XXX sito no XXX n.º XXX.

Para este efeito, os dois arguidos assinaram com M em 28 de Outubro de 2005 uma procuração (a fls. 142 dos autos), a qual foi autenticada pelo 1.º Cartório Notarial (a fls. 144 dos autos).

O 1.º arguido passou a M um recibo (v. a fls. 145 dos autos).

Os dois arguidos venderam a dita fracção a terceiro sem deixar Wong saber.

*

Em 16 de Junho de 2006, na qualidade dos padrões da Companhia de Fomento Predial XXX, os dois arguidos disseram outra vez a F que, tinham encontrado uma fracção de boa qualidade (XXX do Edf. “XXX”, sito na Rua XXX n.º XXX), para cuja venda o proprietário (o dano da fracção) só exigia um baixo preço de HKD \$730.000,00. E que, como já tinha encontrado um comprador que estaria disposto a comprá-la no preço de HKD \$780.000,00, se pudessem comprar a dita fracção ao proprietário e vendesse a mesma posteriormente num preço mais elevado, poderiam ganhar um lucro de HKD \$50.000,00. Conduto, como eles não tinham dinheiro suficiente para comprar, pediram que

comprassem a casa junto com M, ou seja, consoante os dois arguidos, F apenas precisava de pagar HKD \$150.000,00, e já poderia reaver em 16 de Julho de 2006 este montante e ganhar mais HKD \$20.000 de lucro.

Para que F acreditasse nas suas palavras, o 1.º arguido passou-lhe um cheque do Banco da China de n.º XXX, no montante de HKD \$170.000,00, cuja data de pagamento era 16/07/2006 (v. a fls. 146 dos autos).

Acreditando nas palavras dos dois arguidos, F transferiu HKD \$ 150.000,00 da sua conta do Banco da China para a conta bancária da 2.ª arguida, no dia 16 de Junho de 2006.

Em 19 de Julho de 2006, F apresentou o cheque de n.º XXX ao Banco da China exigindo o pagamento, o qual foi recusado por falta de provisão na referida conta corrente (vide o verso do cheque).

Na realidade, o preço pelo qual o vendedor queria vender a fracção não era de HKD \$730.000,00, nem tinham os dois arguidos encontrado o dito comprador que queria comprá-la no preço de HKD \$780.000,00.

Os dois arguidos aproveitaram a ambição do ofendido, inventaram a história, passaram de propósito um cheque sem provisão, e mentiram que devolveria o dinheiro emprestado a tempo.

Os arguidos utilizaram os truques para obter a confiança do ofendido, e apoderaram-se dos 150.000,00 dólares de HK pagos pelo ofendido, fazendo com que o ofendido viesse a sofrer um prejuízo pecuniário.

*

Por gerarem e administrarem a Companhia de Fomento Predial XXX, os dois arguidos conheceram N.

Para usufruir benefícios ilegítimos, os dois arguidos praticaram em conjunto os seguintes actos:

Na qualidade do padrão da Companhia de Fomento Predial XXX, o 1.º arguido disse a N que, tinha encontrado uma fracção de boa qualidade, com que podia ganhar lucros abundantes. Como não tinha dinheiro suficiente para a comprar, queria pedir emprestado a Fong HKD \$100.000,00, comprometendo-se a devolver-lhe o valor emprestado e os juros no valor de HKD \$15.000,00 no prazo de 2 a 3 dias.

Acreditando nas palavras do arguido, N entregou HKD \$100.000,00 à segunda arguida mediante um cheque (de n.º 060864 e de valor HKD \$ 100.000,00).

Recebendo o cheque de N, a 2.ª arguida passou imediatamente os seguintes cheques a N:

- Um cheque do Banco da China, de n.º XXX, no valor de HKD \$100.000,00, cuja data de pagamento era de 15/07/2006 (v. a fls. 115 dos autos);

- Um cheque do Banco da China, de n.º XXX, no valor de HKD \$15.000,00, cuja data de pagamento era de 15/07/2006 (v. a fls. 132 dos autos).

Em 20 de Julho de 2006, quando N apresentou o cheque de n.º XXX ao Banco da China, viu o seu pedido recusado por falta de provisão na referida conta corrente (vide o verso do cheque).

Em 22 de Julho de 2006, quando N apresentou o cheque de n.º XXX ao Banco da China, viu o seu pedido recusado por falta de provisão na referida conta corrente (vide o verso do cheque).

Na realidade, os dois arguidos nunca tinham encontrado a dita fracção de boa qualidade, apenas aproveitaram a ambição do ofendido de usufruir lucros abundante, inventaram a história e passaram cheques sem provisão para obter a confiança do ofendido e apoderar-se dos 100 mil dólares de HK, causando-lhe assim prejuízo pecuniário.

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

A 2.^a arguida , enquanto patroa da empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiu a O: a empresa da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (ora apartamento no XXX andar XXX, Edif. XXX.). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de HK730.000,00 e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HK760.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, o comprador obteria lucro de HKD30.000,00. Mas como os arguidos necessitariam de HKD200.000,00 para pagar o sinal e não tinham fundos suficientes, pretenderam pagar tal quantia junto com O, para além de prometer-lhe lucros abundantes.

A seguir os 1.º e 2.º arguidos exibiram a O um contrato de promessa de compra e venda que se refere ao referido apartamento, o que levou O a crer nas palavras dos arguidos.

Tendo confiado nas palavras dos arguidos, O entregou aos dois arguidos HKD100.000,00 em cheque como quota por esta investido.

Para O confiar na possibilidade do reembolso futuro e dos respectivos lucros, o 1.º arguido emitiu um cheque n.º XXX, no montante de HKD100.000,00 e com data fixada em 8 de Julho de 2006, (vide fls.

239 dos autos) como garantia.

Posteriormente, a 2.^a arguida mostrou ter vendido aquele apartamento e emitiu assim um cheque em 14 de Julho de 2006 (n.º XXX, no montante de HKD15.000,00 e com data fixada em 14 de Julho de 2006, vide fls. 239 dos autos).

Em 20 de Julho de 2006, **O** pretendeu sacar dinheiro com os referidos dois cheques (n.º XXX e XXX) mas foi rejeitado pelo banco devido à insuficiência dos fundos no conta bancária do cheque (vide o verso dos dois cheques)

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento ao preço de HKD730.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD780.000,00

Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que esta recuperaria a tempo o investimento e os respectivos lucros.

Os dois arguidos para granjear a confiança da ofendida com recurso a essas intrigas, subtraíram HKD100.000,00 desta e

apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

*

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

*Em 9 de Julho de 2006, a 2.ª arguida , enquanto patrões da empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiram a **P**: a empresa da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (ora apartamento no XXX andar XXX, Edif. XXX.). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de HKD730.000,00 e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HKD760.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, o comprador obteria lucro de HKD30.000,00. Mas como os dois arguidos careciam de fundos suficientes para pagar o sinal de HKD200.000,00, pretenderam comprar aquele apartamento junto com **P** e este apenas necessitaria de contribuir HKD100.000,00 para aqueles conseguirem vender o apartamento antes de 8 de Agosto de 2006, destinando HKD150.000,00 da diferença ao lucro obtido por **P**.*

*Para granjear a confiança de **P**, o 1.º arguido e a 2.ª arguida*

emitiram um cheque n.º XXX, no montante de HKD100.000,00 e com data fixada em 9 de Julho de 2006, (vide fls. 284 dos autos) como garantia do reembolso futuro da quantia investida bem como o lucro de HKD15.000,00.

Tendo confiado nas palavras dos 1.º e 2.º arguidos, P transferiu da conta bancária HKD100.000,00 para a conta da 2.ª arguida .

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento ao preço de HKD730.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD780.000,00

Os arguidos, aproveitando a pretensão do ofendido (P) para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que esta recuperaria a tempo o investimento e os respectivos lucros.

Os dois arguidos para granjear a confiança do ofendido com recurso a essas intrigas, subtraíram HKD100.000,00 deste e apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários

*

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

Em 23 de Julho de 2006, os 1.º e 2.º arguidos, enquanto patrões de empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiram a Q: a companhia da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (ora um apartamento no XXX andar, Edif. XXX.). O vendedor queria vender o apartamento a preço de HK760.000,00 e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HK790.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, poderá ganhar HKD30.000,00 como lucro. No entanto, os dois arguidos careciam do dinheiro suficiente para pagar o sinal de HKD200.000,00 pelo que pretendiam comprar este apartamento junto com Q, assim esta apenas necessitaria de contribuir HKD100.000,00 para aqueles conseguirem vender o apartamento a curto prazo, podendo ela ganhar abundantes lucros a curto tempo.

Q confiou nas palavras dos 1.º e 2.º arguidos, e em 23 de Julho de 2006 entregou ao 1.º arguido um cheque (n.º XXX) de HKD100.000,00, emitido da sua conta do Banco da China ao 1.º arguido.

No mesmo dia, os 1.º e 2.º arguidos entregaram o seguinte cheque emitido pelo 1.º arguido a Q, levando esta a crer na possibilidade da cobrança futura de HKD100.000,00 investido.

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 23 de Julho de 2006 (vide fls. 302 dos autos)

Em 26 de Julho de 2006, a 2.ª arguida mentiu ao alegar que tinha vendido com sucesso o supradito apartamento, pedindo que Q sacasse o referido cheque junto ao banco alguns dias depois.

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento ao preço de HKD730.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD780.000,00

Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que esta recuperaria a tempo o investimento e os respectivos lucros.

Os dois arguidos para granjear a confiança da ofendida com recurso a essas intrigas, subtraíram HKD100.000,00 desta e

apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

*

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

*Em 3 de Julho de 2006, os 1.º e 2.º arguidos, enquanto patrões de empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiram a **R**: a empresa da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (ora apartamento XXX andar XXX, Edif. XXX.). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de HK730.000,00 e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HK760.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, poderá ganhar o lucro de HKD30.000,00. No entanto, os dois arguidos careciam do dinheiro suficiente para pagar o sinal pelo que pretendiam comprar este apartamento junto com **R**, assim esta apenas necessitaria de contribuir HKD100.000,00 para aqueles conseguirem vender o apartamento a curto prazo, podendo ela ganhar a metade da referida diferença a curto tempo.*

***R** confiou nas palavras dos 1.º e 2.º arguidos, e entregou à 2.ª*

arguida o montante de HKD100.000,00 levantado da sua conta bancária.

*No entretanto, os 1.º e 2.º arguidos entregaram o seguinte cheque emitido pelo 1.º arguido a **R**, levando esta a crer na possibilidade da cobrança futura de HKD100.000,00 despendido.*

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 3 de Julho de 2006 (vide fls. 350 dos autos)

*Em 28 de Julho de 2006, **R** pretendeu, com o referido cheque, levantar dinheiro do banco emissor, mas foi rejeitada pela insuficiência dos fundos de depósito na referida conta bancária de cheque. (vide o cheque. v)*

Na realidade, o vendedor não vendeu o apartamento ao preço de HKD730.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD760.000,00.

*Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida (ora **R**) para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que a contra-parte poderia recuperar a tempo o investimento e os respectivos lucros nos termos da lei.*

Os dois arguidos para granjear a confiança da ofendida com recurso a estas intrigas, subtraíram HKD100.000,00 desta e apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

*

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

Em 29 de Julho de 2006, os 1.º e 2.º arguidos, enquanto patrões de empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiram a S : a empresa da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (apartamento do determinado edifício, na Rua XXX). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de HK730.000,00 e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HK760.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, poderá ganhar HKD30.000,00 como lucro. No entanto, os dois arguidos careciam do dinheiro suficiente para pagar o sinal pelo que pretendiam comprar este apartamento junto com S, assim esta apenas necessitaria de contribuir HKD100.000,00 para aqueles conseguirem vender o apartamento a curto prazo, podendo na altura ela

ganhar a metade da referida diferença a curto tempo.

S confiou nas palavras dos 1.º e 2.º arguidos, e entregou, em 30 de Junho de 2006, à 2.ª arguida o cheque no montante de HKD100.000,00.

No mesmo dia, os 1.º e 2.º arguidos entregaram o seguinte cheque emitido pelo 1.º arguido a S, levando esta a crer na possibilidade da cobrança futura de HKD100.000,00 despendido.

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 30 de Junho de 2006 (vide fls. 513 dos autos)

Em 3 de Julho de 2006, S telefonou para a 2.ª arguida, inquirindo sobre a venda do referido apartamento.

Na altura, a 2.ª arguida deliberadamente mentiu ao dizer que o supradito apartamento foi vendido com sucesso, e com efeito, eles receberam um sinal temporário de HKD30.000,00 e concluiriam o negócio um mês mais tarde, podendo aquela receber HKD100.000,00 naquele momento.

Os 1.º e 2.º arguidos para S confiar nas supraditas palavras, pagaram-lhe dolorosamente HKD15.000,00 como lucro por estes declarado.

Todavia, em 29 de Julho de 2006, S pretendeu com o referido

cheque levantar o dinheiro junto ao banco, mas foi rejeitado devido à insuficiência dos fundos na conta bancária do cheque em causa. (vide o verso do cheque).

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento a preço de HKD730.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD780.000,00.

Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida (ora S) para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que a contra-parte poderia recuperar a tempo o investimento e os respectivos lucros.

Os dois arguidos para granjear a confiança da ofendida, com recurso a essas intrigas, subtraíram HKD100.000,00 desta e apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

*

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

Em 3 de Julho de 2006, o 1.º arguido, enquanto patrão de empresa

da promoção imobiliária “XXX”, mentiu a T, patroa da empresa da promoção predial “XXX”: a empresa da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (apartamento do determinado edifício, na Rua XXX). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de HK700.000,00 por necessitar do dinheiro para circulação de fundos e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço superior a HK700.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, poderá ganhar lucro abundante. No entanto, o 1.º arguido carece do dinheiro suficiente para pagar o sinal pelo que pretendia comprar este apartamento junto com T, assim esta apenas necessitaria de contribuir HKD100.000,00 para aqueles conseguirem vender o apartamento a curto prazo, podendo na altura ela ganhar a metade da referida diferença a curto tempo.

T confiou nas palavras do 1.º arguido, e entregou-lhe, no mesmo dia o cheque no montante de HKD100.000,00.

No entretanto, os 1.º arguido entregou o seguinte cheque por ele emitido, alegando que o cheque asseguraria a futura cobrança de HKD100.000,00 despendido.

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 3 de Julho de 2006 (vide fls. 536 dos autos)

Em 15 de Julho de 2006, o 1.º arguido telefonou para T, mentiu ter vendido o referido apartamento com sucesso, no entanto, pediu que T não sacasse dinheiro com o referido cheque para já.

As referidas palavras mentirosas do 1.º arguido impediu com sucesso T de sacar dinheiro com o cheque naquela data.

Em 30 de Julho de 2006, a 2.ª arguida ligou para T, pedindo que esta não sacasse dinheiro com o cheque como não há fundos suficientes naquela conta bancária, para além de requerer que esta não participasse à polícia.

As palavras da 2.ª arguida têm em vista adiar a participação de T à polícia para incriminar os dois arguidos.

Após 30 de Julho de 2006, os dois arguidos perderam a propósito o contacto com T, com objectivo de se fugir à responsabilidade eventualmente exigida por esta.

Em 2 de Agosto de 2006, T pretendeu sacar dinheiro com o cheque ao Banco da China, mas foi rejeitada devido à insuficiência do depósitos na referida conta bancária (vide o verso do cheque).

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento a preço de HKD700.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço mais alto.

*Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida (ora **T**) para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que a contra-parte poderia recuperar a tempo o investimento e os respectivos lucros.*

Os dois arguidos para granjear a confiança da ofendida, com recurso a essas intrigas, subtraíram HKD100.000,00 desta e apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

*

*O 1.º arguido **A** para obter benefícios ilegítimos, pediu emprestado a **U** HKD100.000,00 em 24 de Maio de 2006.*

*O 1.º arguido para **U** confiar no reembolso futuro do empréstimo, preencheu, assinou e entregou-lhe um cheque do Banco da China, sucursal de Macau, n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 24 de Maio de 2006. (vide fls. 558 dos autos).*

O 1.º arguido, com as referidas palavras mentirosas e os actos, obteve com sucesso HKD100.000,00 pertencente a U.

O 1.º arguido, ao dizer as referidas palavras e praticar os actos em causa, tem por objectivo de se apropriar para si de HKD100.000,00 de U com recuso à referida história inventada e as palavras mentirosas e através da emissão de um cheque com fundo insuficiente, não destinando o empréstimo à circulação dos fundos do negócio.

Além disso, o 1.º arguido sabia perfeitamente que a conta bancária do cheque não tinha fundo suficiente a sacar por U.

Em 7 de Agosto de 2006, U ao exhibir e sacar dinheiro com o referido cheque ao banco, foi rejeitada por causa da insuficiência dos fundos na referida conta bancária. (vide o verso do cheque).

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

Em 14 de Julho de 2006, os 1.º e 2.º arguidos, enquanto patrões da empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiram a V: a empresa da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (apartamento do determinado edifício, na Rua XXX). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de

HK730.000,00 e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HK760.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, poderá ganhar lucro de HKD30.000,00. No entanto, os dois arguidos careciam do dinheiro suficiente para pagar o sinal pelo que pretendiam comprar este apartamento junto com V, assim este apenas necessitaria de contribuir HKD100.000,00 para aqueles conseguirem vender o apartamento a curto prazo, podendo na altura ele ganhar a metade da referida diferença a curto tempo.

V confiou nas palavras dos 1.º e 2.º arguidos, e entregou directamente ao 1.º arguido HKD30.000,00 em numerário.

Posteriormente, V foi ao banco junto com a 2.ª arguida, levantou HKD70.000,00 em numerário, e entregou essa quantia à 2.ª arguida.

No entretanto, os 1.º e 2.º arguidos entregaram o seguinte cheque emitido pelo 1.º arguido a V, levando este a crer na possibilidade da cobrança futura de HKD100.000,00 despendido.

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 14 de Agosto de 2006 (vide fls. 581 dos autos)

Em 14 de Agosto de 2006, V pretendeu sacar dinheiro com o

referido cheque junto ao banco, mas foi rejeitado devido à insuficiência dos fundos na referida conta bancária (vide o verso do cheque)

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento a preço de HKD730.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD760.000,00.

Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida (ora V) para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que a contra-parte poderia recuperar a tempo o investimento e os respectivos lucros.

Os dois arguidos para granjear a confiança do ofendido, com recurso a essas intrigas, subtraíram HKD100.000,00 deste e apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

*

O 1.º arguido para obter benefícios ilegítimos, praticou os seguintes actos:

Em 26 de Maio de 2006, o 1.º arguido ligou para X, mentindo: o 1.º arguido adquiriu vários apartamentos e pagou sinais, mas como não

havia fundos suficientes, este não conseguiu pagar “grande sinal” da parte dos apartamentos, desejou que esta lhe emprestasse HKD250.000,00 como fundo de circulação.

O 1.º arguido mentiu que reembolsaria a quantia antes de 31 de Agosto de 2006.

Para a contra-parte confiar nisso, o 1.º arguido assinou com esta um certidão de empréstimo (vide fls. 607 dos autos) e emitiu a prova autenticada de letra (livrança, fls. 608 dos autos).

Tendo obtido a confiança de X, o 1.º arguido adquiriu deste HKD250.000,00 em cheque.

Na realidade, o 1.º arguido não enfrentou a má circulação de fundos derivada da aquisição dos vários apartamentos, nem planeou reembolsar a verba no futuro.

O 1.º arguido, para granjear a confiança da ofendida com recurso à referida história inventada e as palavras mentirosas, subtraiu HKD100.000,00 desta e apropriou-se da quantia para si, afinal não reembolsou a referido quantia a propósito, o que lhe provocou danos pecuniários.

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram

em praticar os seguintes actos.

Em 30 de Maio de 2006, os 1.º e 2.º arguidos, enquanto patrões de empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiram a X: a empresa da promoção imobiliária “XXX” pelos dois arguidos explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (Edif. XXX, XXX andar XXX, na Rua XXX). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de HK650.000,00 e os dois arguidos encontraram comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HK680.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, poderá ganhar HKD30.000,00 como lucro. No entanto, os dois arguidos careciam do dinheiro suficiente para pagar o sinal pelo que pretendiam comprar este apartamento junto com X, assim esta apenas necessitaria de contribuir HKD150.000,00 para aqueles conseguirem vender o apartamento a curto prazo, podendo na altura ela ganhar a metade da referida diferença a curto tempo.

Para X confiar nas referidas palavras, os dois arguidos sacaram o seguinte cheque como garantia do reembolso tempestivo da quantia de HKD150.000,00 investida e dos lucros de HKD15.000,00.

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD165.000,00, com data fixada em 30 de Maio de 2006 (vide fls.

602 dos autos)

Tendo confiado nas referidas palavras, no mesmo dia, X entregou aos 1.º e 2.º arguidos um cheque no montante de HKD150.000,00.

Em seguida, X telefonou para a 2.ª arguida, inquirindo sobre a venda do referido apartamento.

Na altura, a 2.ª arguida pediu que X não sacasse dinheiro com o referido cheque.

Em 26 de Julho de 2006, X pretendeu sacar dinheiro com o referido cheque junto ao banco, mas foi rejeitada devido à insuficiência dos fundos na conta bancária de cheque. (vide o verso do cheque).

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento ao preço de HKD650.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD680.000,00.

Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida (ora X) para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que a contra-parte poderia recuperar a tempo o investimento e os respectivos lucros.

Os dois arguidos para granjear a confiança da ofendida ,com recurso a essas intrigas, subtraíram HKD150.000,00 desta e apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

O 1.º arguido e Z são vizinhos de dez anos e tal.

O 1.º arguido para obter benefícios ilegítimos, praticou os seguintes actos.

Num dia determinado de Maio de 2006, o 1.º arguido, enquanto patrão da empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiu a Z: a empresa da promoção imobiliária “XXX” por ele explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (apartamento do Edif. XXX, na Rua XXX), no entanto o 1.º arguido não tem dinheiro suficiente para pagar o sinal e pretendeu pedir HKD100.000,00 para circulação de fundos.

Para obter a confiança de Z, o 1.º arguido mentiu que iria pagar mensalmente HKD350,00 como juro.

Z confiou nas palavras do 1.º arguido, e lhe entregou HKD100.000,00 em 20 de Maio de 2006.

No entretanto, o 1.º arguido entregou-lhe um cheque por ele sacado como garantia do reembolso futuro do empréstimo de

HKD100.000,00.

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 20 de Maio de 2006 (vide fls. 622 dos autos)

O 1.º arguido sacou HKD100.000,00 de Z com o referido cheque e apropriou-se desta quantia para si.

Na realidade, o 1.º arguido nunca estava sujeito à insuficiência de fundos decorrente da aquisição dos apartamentos nem planeou reembolsar a verba emprestada.

Afinal, o 1.º arguido não reembolsou o referido empréstimo e cortou dolorosamente o contacto com Z.

Até 31 de Agosto de 2006, Z pretendeu sacar dinheiro com o referido cheque junto ao Banco e foi rejeitada devido à insuficiência dos fundos na referida conta bancária de cheque (vide o verso do cheque).

Na realidade, o 1.º arguido nunca pretendeu comprar o supradito apartamento.

O 1.º arguido, aproveitando a pretensão da ofendida (Z) para ganhar lucros abundantes, lançou mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes como garantia do reembolso de HKD100.000,00 no futuro.

Granjeada a confiança da ofendida, o 1.º arguido subtraiu HKD100.000,00 desta e apropriou-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

*

Os 1.º e 2.º arguidos para obter benefícios ilegítimos, cooperaram para praticar os seguintes actos.

*Em 30 de Maio de 2006, o 1.º arguido, enquanto patrão de empresa da promoção imobiliária “XXX”, mentiu à patroa de empresa da promoção imobiliária “XXX” **Aa**: a empresa da promoção imobiliária “XXX” por ele explorada encontrou um apartamento da boa qualidade (determinado apartamento do Edif. XXX, na Rua XXX). O vendedor queria vender o apartamento ao preço de HK650.000,00 e o 1.º arguido encontrou comprador que manifestou sua vontade na aquisição do referido apartamento ao preço de HK680.000,00. Se comprar do antigo vendedor tal apartamento e transferi-lo a alto preço, poderá ganhar lucro de HKD30.000,00. No entanto, os 1.º arguido carecia do dinheiro suficiente para pagar o sinal pelo que pretendia comprar este apartamento junto com **Aa**, assim esta apenas necessitaria de contribuir HKD150.000,00 para aquele conseguir vender o apartamento a curto*

prazo, podendo na altura ela ganhar a metade da referida diferença a curto tempo.

Naquele momento, Aa manifestou que tinha apenas HKD85.000,00 na sua conta bancária.

Em 23 de Junho de 2006, perante as tentativas incessantes do 1.º arguido, Aa chegou a estar convencida nas suas palavras e por conseguinte entregou-lhe HKD85.000,00.

No entretanto, o 1.º arguido entregou a Aa o cheque por ele sacado como garantia do reembolso futuro da quantia de HKD85.000,00 despendida e HKD15.000,00 como lucro.

- um cheque emitido pelo Banco da China n.º XXX, no montante de HKD100.000,00, com data fixada em 23 de Junho de 2006 (vide fls. 637 dos autos)

Posteriormente, Aa continuou a contactar os 1.º e 2.º arguidos para inquirir sobre a venda do referido apartamento.

Na altura, os dois arguidos, com recurso aos diferentes pretextos, pediram que Aa por enquanto não sacasse dinheiro com o referido cheque n.º XXX.

Até 28 de Julho de 2006, Aa pretendeu sacar dinheiro com o cheque junto ao banco, mas foi rejeitada pela insuficiência de fundos na

respectiva conta bancária. (vide o verso do cheque)

Na realidade, o vendedor deste apartamento não vendeu o apartamento ao preço de HKD650.000,00, nem os 1.º e 2.º arguidos encontraram comprador que pretendesse comprar o apartamento ao preço de HKD680.000,00.

*Os arguidos, aproveitando a pretensão da ofendida (ora **Aa**) para ganhar lucros abundantes, lançaram mão da referida história inventada e as palavras mentirosas, emitiram dolorosamente um cheque sem fundos suficientes e mentiram que a contra-parte poderia recuperar a tempo o investimento e os respectivos lucros.*

Os dois arguidos para granjear a confiança da ofendida, com recurso a essas intrigas, subtraíram assim HKD85.000,00 desta e apropriaram-se da quantia para si, o que lhe provocou danos pecuniários.

Os 1.º e 2.º arguidos, com vista a obter vantagens ilegítimas, apropriam-se, de forma livre, consciente e dolorosa, dos bens dos ofendidos com recurso às intrigas, de modo que lhe provocaram danos.

Os dois arguidos conheciam perfeitamente a ilicitude e punibilidade dos referidos actos”; (cfr., fls. 817-v a 830 e 944 a 974).

Do direito

3. Insurgem-se os arguidos ora recorrentes contra o decidido no Acórdão proferido pelo Colectivo a quo, afirmando que devia a sua conduta ser qualificada como uma “continuação criminosa” – e não como um “concurso real de crimes” como decidido foi – e pedindo assim uma redução da pena única que lhes foi fixada, com a suspensão da sua execução no que toca à arguida **B**.

Não questionando os ora recorrentes a matéria de facto pelo Colectivo a quo dada como provada, e sendo assim de se começar por apreciar se a conduta dos mesmos recorrentes constitui uma “continuação criminosa”, mostra-se-nos de consignar desde já que nenhuma razão lhes assiste, sendo pois de subscrever o Parecer junto aos autos quando se considera ser os recursos manifestamente improcedentes.

Preceitua o artº 29º do C.P.M. que:

- “1. O número de crimes determina-se pelo número de tipos de crime efectivamente cometidos, ou pelo número de vezes que o mesmo tipo de crime for preenchido pela conduta do agente.

2. Constitui um só crime continuado a realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogénea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente.”

Apreciando o estatuído no nº 2 do transcrito comando legal, teve já esta Instância oportunidade de afirmar que “são pressupostos do crime continuado:

- a plúrima violação do mesmo tipo legal de crime ou de vários tipos legais de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico;
- que essa realização seja executada por forma essencialmente homogénea;
- que haja proximidade temporal das respectivas condutas;
- a persistência de uma situação exterior que facilita a execução e que diminua sensivelmente a culpa do agente; e
- que o dolo seja global, isto é, que cada uma das acções seja executada através de uma resolução e não com referência a um

desígnio inicialmente formado de, através de actos sucessivos, defraudar o ofendido.

O fundamento da diminuição da culpa no crime continuado, encontra-se precisamente no momento exógeno das condutas, isto é, na existência de uma relação que, de fora, e de maneira considerável, tenha facilitado a repetição da actividade criminosa, tornando cada vez menos exigível ao agente que se comporte de maneira diferente, ou seja, de acordo com o direito.

Se o agente actuou sucessivamente, superando obstáculos e resistências ao longo do “iter criminis”, aperfeiçoando a realidade exterior aos seus desígnios e propósitos, sendo ele a dominá-la, e não o inverso, inexistem motivos para que se considere atenuada a sua culpa, não sendo de se considerar os crimes pelo mesmo assim cometidos como um crime continuado”; (cfr., v.g. os Acs. deste T.S.I. de 07.10.2004 e 28.10.2004, Proc. nº 224/2004 e Proc.nº 260/2004, do mesmo relator).

No caso dos presentes autos, e independentemente do demais, é de afirmar que de uma mera leitura à factualidade dada como provada se concluiu que ausente está o pressuposto da “situação exterior que facilita a execução dos crimes” pelos quais foram os recorrentes condenados.

De facto, de referida factualidade, colhe-se que os mesmos recorrentes foram aperfeiçoando o seu modus operandi, criando as condições à execução e consumação dos crimes, e ultrapassando mesmo obstáculos ao longo do “iter criminis”, tudo como no citado Acórdão foi entendido como circunstancialismos que, por não permitir dar como verificada uma “situação exterior que induz o agente à prática reiterada de ilícitos criminais”, afasta impreterivelmente a possibilidade de se qualificar a sua conduta como a prática de um crime continuado.

Não nos parecendo de alterar o entendimento já assumido nos mencionados arestos, e não explicitando também os recorrentes os termos em que se podia eventualmente chegar a uma conclusão diversa, pouco mais há a dizer, a não ser que nenhuma censura merece a decisão do Colectivo a quo tanto na qualificação da conduta dos ora recorrentes, assim como na fixação das penas parcelares e únicas que se nos mostram justas e adequadas, e que os próprios recorrentes pretendiam ver reduzidas, apenas como consequência da procedência do seu pedido de qualificação da sua conduta como “continuação criminosa”.

Há assim que considerar os recursos manifestamente improcedentes, tornando-se imperativo decidir-se pela sua rejeição, nos termos do artº 410º nº 1 do C.P.P.M..

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam rejeitar os recursos.

Pagarão os recorrentes a taxa individual de justiça que se fixa em 4 UCs, e, como sanção a que alude o artº 410º, nº 4 do C.P.P.M., o equivalente a 3 UCs.

Macau, aos 12 de Julho de 2007

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong